

BULLYING HOMOFÓBICO NO COTIANO DAS ESCOLAS

DOI: 10.5281/zenodo.17773829

Leonardo Simões dos Santos¹

RESUMO

Este artigo analisa a homofobia como um fenômeno social complexo que ultrapassa atitudes individuais de repulsa e se manifesta como um mecanismo estruturante de exclusão. A partir de uma compreensão ampliada, evidencia-se que a violência homofóbica não se restringe a gestos explícitos de hostilidade, mas emerge também por meio de discursos, práticas institucionais, omissões e padrões culturais que legitimam a heteronormatividade como norma social. Essa lógica cria hierarquias que desvalorizam identidades dissidentes e sustentam processos contínuos de marginalização. No contexto brasileiro, tais dinâmicas assumem contornos ainda mais graves, refletidos em altos índices de agressões físicas, verbais e letais, somados à recorrente impunidade e à ausência de políticas efetivas de proteção. O artigo discute ainda como a homofobia é reproduzida desde o ambiente familiar até instituições como a escola, espaço que, embora devesse promover acolhimento e equidade, frequentemente torna-se palco de discriminações. O bullying homofóbico surge como uma das formas mais cruéis dessa violência, atingindo diretamente a identidade das vítimas e

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

gerando consequências psicológicas profundas, como ansiedade, depressão e isolamento. No ambiente virtual, essas agressões ganham novas dimensões devido ao anonimato e à rápida circulação de conteúdos ofensivos, intensificando o sofrimento de jovens LGBTQIA+ e ampliando o alcance das práticas discriminatórias. Diante desse panorama, o artigo reforça a necessidade de ações contínuas e estruturadas para o enfrentamento da homofobia. Isso inclui formação adequada de profissionais da educação, implementação de políticas institucionais claras, fortalecimento de redes de apoio e promoção de debates que valorizem a diversidade. Compreender a homofobia como um problema estrutural é condição essencial para transformar realidades, garantir direitos e construir ambientes sociais e escolares mais seguros, igualitários e respeitosos. Somente assim será possível romper ciclos históricos de violência e promover a dignidade de todas as pessoas.

Palavras-chave: Homofobia; Bullying homofóbico; violência.

ABSTRACT

This article analyzes homophobia as a complex social phenomenon that goes beyond individual attitudes of repulsion and manifests itself as a structuring mechanism of exclusion. From a broadened understanding, it becomes evident that homophobic violence is not limited to explicit gestures of hostility but also emerges through discourses, institutional practices, omissions, and cultural patterns that legitimize heteronormativity as a social norm. This logic creates hierarchies that devalue dissident identities and sustain continuous processes of marginalization. In the Brazilian context, such dynamics take on even more severe contours, reflected in high rates of

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

physical, verbal, and lethal aggression, combined with recurring impunity and the absence of effective protection policies. The article also discusses how homophobia is reproduced from the family environment to institutions such as the school—spaces that, although expected to foster inclusion and equity, often become settings for discrimination. Homophobic bullying emerges as one of the most harmful forms of this violence, directly affecting the victims' identities and generating profound psychological consequences such as anxiety, depression, and social withdrawal. In virtual environments, these aggressions acquire new dimensions due to the anonymity and rapid circulation of offensive content, intensifying the suffering of LGBTQIA+ youth and expanding the reach of discriminatory practices. Given this scenario, the article reinforces the need for continuous and structured actions to confront homophobia. This includes proper training of education professionals, the implementation of clear institutional policies, the strengthening of support networks, and the promotion of debates that value diversity. Understanding homophobia as a structural issue is essential for transforming realities, ensuring rights, and building safer, more equitable, and more respectful social and school environments. Only then will it be possible to break historical cycles of violence and promote the dignity of all people.

Keywords: Homophobia; Homophobic bullying; Violence.

1. INTRODUÇÃO

A homofobia, enquanto fenômeno social, consolidou-se ao longo das últimas décadas como uma forma complexa de violência que ultrapassa manifestações individuais de repulsa ou hostilidade. Trata-se de um

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

mecanismo profundamente enraizado na lógica cultural que estabelece a heterossexualidade como norma, legitimando expectativas rígidas sobre corpos, afetos e modos de vida. Essa estrutura normativa opera como parâmetro de regulação social, criando hierarquias que desvalorizam identidades dissidentes e sustentam práticas de exclusão. Assim, a homofobia não se limita a comportamentos explícitos, mas se manifesta também por meio de símbolos, discursos, omissões institucionais e padrões de organização social que favorecem a marginalização de pessoas LGBTQIA+.

Essa violência pode ser compreendida a partir de diferentes dimensões interligadas. No campo afetivo, evidencia-se na forma de aversão, medo ou rejeição expressa diretamente contra indivíduos percebidos como dissidentes sexuais ou de gênero. Na dimensão simbólica, assume o caráter de estereótipos, narrativas e representações que desumanizam e reforçam estigmas, muitas vezes naturalizados no cotidiano. Já na dimensão estrutural, revela-se nas práticas de instituições públicas e privadas que reproduzem desigualdades, seja pela ausência de protocolos, pela negligência investigativa, pela falta de políticas específicas ou pela invisibilidade do tema nos marcos legais. Trata-se, portanto, de um fenômeno que atravessa as esferas social, política, jurídica e cultural, gerando impactos profundos sobre a vida e a segurança da população LGBTQIA+.

No contexto brasileiro, a homofobia adquire contornos ainda mais graves. O país convive com altos índices de violência letal, agressões físicas e verbais, exclusão escolar e impunidade, configurando um cenário que desafia os princípios democráticos e os direitos humanos. As lacunas nos registros

oficiais, somadas à negligência histórica do Estado em inserir debates sobre identidade de gênero e orientação sexual na legislação, contribuem para a perpetuação dessa realidade. Além disso, a reprodução cotidiana da homofobia no ambiente familiar e escolar aprofunda processos de vulnerabilização, afetando especialmente pessoas trans e travestis, que enfrentam barreiras estruturais ao acesso à educação e à permanência escolar.

Enfim, compreender a homofobia em suas múltiplas dimensões é, portanto, fundamental para reconhecer sua complexidade e para subsidiar ações de enfrentamento que promovam dignidade, equidade e respeito à diversidade no espaço social e educacional.

2. HOMOFOBIA: CONCEITUAÇÃO E SUAS DIMENSÕES

A homofobia é um conceito que tem circulado intensamente nas ciências sociais e humanas desde a década de 1970, quando o termo foi popularizado por Weinberg (1972) para nomear atitudes de repulsa, preconceito e discriminação dirigidas a pessoas homoeróticas. Hoje, nas discussões acadêmicas e em políticas públicas, o termo é usado de modo amplo para abarcar tanto atitudes individuais (insultos, agressões) quanto estruturas sociais e institucionais (leis, práticas sociais e omissões estatais) que produzem exclusão e violência contra pessoas LGBTQIA+ (Herek, 2000).

A homofobia é compreendida ainda como um dispositivo de regulação social que, a partir de uma construção cultural baseada na relação binária homem-mulher, legitima essa configuração como padrão para relações sexuais,

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

afetivas e conjunturas familiares. Esse modelo baseado nas relações heterossexuais e que estigmatizam aqueles que subvertem a esse padrão recebe o nome de heteronormatividade (TEIXEIRA et al., 2011).

Conceitualmente, a homofobia pode ser entendida em pelo menos três níveis inter-relacionados: (a) afetivo: aversão, medo ou hostilidade explícita; (b) simbólico: estereótipos e representações públicas que desumanizam; e (c) estrutural: práticas e omissões de instituições que resultam em desigualdade (CECY et al., 2024).

De acordo com Cecy et al. (2024) enfatizam que a dimensão estrutural é central: a homofobia não é somente um sentimento, mas um fenômeno social que se mantém através de normas, práticas midiáticas e decisões políticas.

A homofobia, segundo Carmo (2018) a homofobia no Brasil é um problema constante e presente, com estatísticas desastrosas, ele aponta um estudo realizado pelo Grupo Gay da Bahia, que sugerem que o Brasil é o país com maior quantidade de registros de crimes homofóbicos do mundo.



De acordo com Grupo Gay da Bahia, um homossexual é morto a cada 28 horas no país por conta da homofobia (assassinatos e suicídios) e cerca de 70% dos casos de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ ficam impunes. Um estudo de 2014 da USP –

Universidade de São Paulo, trouxe que sete em cada dez homossexuais brasileiros já sofreram algum tipo de agressão, seja física ou verbal (CARMO, 2018, p. 08).

O Relatório do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2022) corrobora a existência de subnotificação e lacunas nos registros oficiais, o que torna problemático o dimensionamento preciso da violência, mas não invalida o padrão gravíssimo detectado por observatórios independentes (CNJ, 2022).

De acordo com relatório do CNJ (2022) e Grupo Gay da Bahia – GGB (2024), existem três tipologias da violência:

- Violência letal (homicídios): majoritariamente contra homens gays e travestis/trans; o relatório do GGB (2024) mostra que 56,7% das vítimas eram homens gays e 33% travestis/trans (GGB, 2024, p. 45–50).
- Violência verbal e psicológica: agressões, ameaças e humilhações repetidas em ambientes escolares, familiares e laborais; essa forma reduz o bem-estar e cria ambientes hostis que afetam desempenho escolar e inserção profissional (CNJ, 2022).
- Violência institucional: negligência investigativa, subnotificação e tratamento discriminatório em delegacias e serviços públicos; o CNJ

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

(2022) e GGB (2024) identificam a necessidade de protocolos específicos para registro e investigação de crimes motivados por LGBTfobia.

O assunto para Menezes (2022) é negligenciado há muito tempo, e não foi nem visto na Constituição de 1988.

Em 1988, temos mais um grande marco histórico do país que reafirma a imensurável negligência do Estado brasileiro em relação ao debate de gênero e sexualidade: a omissão dos termos identidade de gênero e orientação sexual em todos os artigos constitucionais, que retratam direitos e garantias fundamentais, bem como em todos os demais artigos da Constituição Federal Brasileira de 1988. É importante ressaltar que a ausência dos termos orientação sexual e identidade de gênero na Constituição Federal Brasileira de 1988 não retira do Estado brasileiro a responsabilidade pela viabilização dos direitos da população LGBTQIA+, nem de quaisquer outros sujeitos

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

sociais que assim demandarem (MENEZES, 2020, p. 110).

Porém, é perceptível a negligência com esses temas e essas áreas que integram os sujeitos sociais, quando todas as demais pluralidades e demandas humanas, principalmente de grupos historicamente discriminados, estão demarcadas nos artigos da Carta Magna. Isto demonstra claramente a invisibilidade do debate sobre gênero e sexualidade na educação e na política brasileira.

A invisibilidade não se dá só na Constituição, mas Godoy (2019) trará que o problema começa também na família, essa repressão aprendida no seio da família tende a se refletir em todos os ambientes onde essa pessoa irá percorrer, inclusive nas escolas que ela frequenta. Isso faz com que o ambiente escolar, que não é parte desconexa dessa sociedade, reproduza com muita violência discursos de ódio contra essas minorias.

A homofobia aprendida, e que se expressa no ambiente escolar, faz com que as pessoas da comunidade LGBTQIA+, muitas vezes, não consigam concluir seu processo de escolarização. E os indivíduos, nesse grupo, que sentem mais essa exclusão é a travesti ou a transexual, pois quanto mais o sujeito se aproxima do feminino, mais ele será ridicularizado e exposto à execração pública (GODOY, 2019).

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A análise realizada permite compreender que a homofobia, longe de ser uma questão restrita a comportamentos individuais, constitui um fenômeno estrutural profundamente enraizado nas dinâmicas sociais brasileiras. Desde sua definição inaugural por Weinberg (1972), ampliada posteriormente por Herek (2000), o conceito evoluiu para abarcar dimensões afetivas, simbólicas e institucionais, conforme sistematizado por Cecy et al. (2024).

Os dados apresentados pelo Grupo Gay da Bahia (2024), pela USP (2014) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2022) reforçam a gravidade e a persistência dessa violência, revelando um cenário de violações sistemáticas de direitos humanos que se reproduz cotidianamente. A elevada letalidade contra gays, travestis e pessoas trans, somada à violência psicológica recorrente em escolas, famílias e ambientes de trabalho, demonstra que a LGBTfobia é sustentada por práticas sociais, discursos e omissões estatais. A subnotificação de crimes e a ausência de protocolos adequados nas instituições públicas agravam ainda mais o quadro, tornando invisíveis milhares de violações e reforçando a impunidade.

Por fim, o debate constitucional e educacional exposto nas páginas acima evidencia que a invisibilidade da pauta LGBTQIA+ não é fruto do acaso, mas de uma longa tradição de silenciamento. A ausência dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” na Constituição de 1988 reflete uma postura histórica de omissão do Estado, embora não o isente da responsabilidade de garantir direitos fundamentais. Essa negligência estatal é reforçada por práticas sociais que começam no ambiente familiar e se reproduzem na escola, contribuindo para trajetórias marcadas pela exclusão e pela evasão escolar, sobretudo entre pessoas trans e travestis. Nesse sentido,

enfrentar a homofobia exige uma postura ativa de revisão institucional, inclusão curricular, fortalecimento de políticas públicas e produção de uma cultura de respeito à diversidade. Reconhecer a homofobia como um problema estrutural é o primeiro passo para superá-la e construir uma sociedade verdadeiramente democrática.

3. BULLYING HOMOFÓBICO

A homofobia existe há muitos anos de forma velada, em alguns casos de forma descarada, mas nunca foi encarado no ambiente escolar como bullying, era tido como zombaria, difamação, entre outros nomes.

De acordo com Santos et al. (2017), a expressão bullying homofóbico tem sido adotada nos últimos dez anos como um termo utilizado para descrever práticas de preconceito, discriminação e violência com motivação homofóbica no ambiente escolar.

Primeiramente, o conceito de bullying homofóbico mostra-se limitado para representar e explicar todas as formas de violência homofóbica que ocorrem na escola, pois essas violências vão além de uma definição restrita e única, podendo incluir práticas de violência heteronormativa ou institucional dentro do

ambiente escolar. Em segundo lugar, o uso do termo bullying homofóbico tende a associar essa violência exclusivamente a pessoas homossexuais, sugerindo que ser gay ou lésbica é, por si só, motivo para sofrer agressões. Essa ideia contribui para a construção de uma identidade homossexual percebida como vulnerável ou negativa, o que não reflete a realidade de muitas pessoas LGBTQI+, especialmente considerando a identidade que é simbolicamente atribuída a esses indivíduos (SANTOS et al., 2017, p. 119).

Mais uma vez, aparece neste trabalho um tipo de bullying estigmatizador, ser homoafetivo é o motivo para sofrer a violência, a perseguição aos homoafetivos começa dentro da sala de aula e muitas vezes termina com violência física ou verbal do lado de fora.

No estudo de Souza (2015), destaca-se que a homofobia está presente no ambiente escolar, sendo analisada em relação aos diferentes envolvidos no bullying — agressores, vítimas e testemunhas. O autor também examina se conteúdos homofóbicos são utilizados nas agressões verbais, considerando

que esse tipo de violência é a forma mais comum de manifestação da homofobia nas escolas.

É importante entender um pouco deste tema, sua origem no Brasil, segundo Sousa et al. (2018) o termo homofobia emergiu na década de 70 buscando definir aversão a homossexualidade numa sociedade heteronormativa.

Sendo assim, pode-se definir homofobia como ódio com as pessoas homossexuais, que não atinge só esse grupo, mas é muito mais abrangente compreendendo também as lésbicas, bissexuais e transexuais.

Para Sousa et al. (2018):

Juntos, o bullying e a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e a bifobia caracterizam um composto de fatores que colaboram para a agressão aos sujeitos tidos como “homossexuais”, “lésbicas”, “bissexuais” ou “transexuais” nos diversos ambiente, principalmente na escola, a homofobia é interpretada como uma das formas de bullying,

visto que ambos os conceitos possuem sentido cultural e social (Sousa et al., 2018, p. 252).

A homofobia é sim uma categoria de bullying muito cruel com as vítimas, pois quando a violência ocorre, ela é acompanhada do ódio do agressor, a discriminação, sem contar a violência simbólica que na maioria das vezes é velada.

Com essa modalidade, a vítima de agressões e atitudes discriminatórias por causa da sua orientação sexual, inclui de forma consciente e inconsciente, atitudes idênticas que vemos no bullying como: Ofensas verbais, que incluem piadas, insultos, apelidos ofensivos baseados na orientação sexual real ou percebida; agressões físicas com muita violência, empurrões, socos ou outros tipos de violência física motivados por homofobia; exclusão social, onde a pessoa pode ser intencionalmente excluída de atividades ou grupos e; difamação: espalhar boatos sobre a orientação sexual de alguém com o objetivo de humilhá-lo (Sousa et al., 2018).

O bullying homofóbico é especialmente danoso porque atinge a identidade pessoal e pode provocar sérias consequências psicológicas, como depressão, ansiedade, baixa autoestima e até mesmo levar a pensamentos suicidas, principalmente entre jovens que ainda estão em fase de descoberta e aceitação de sua identidade.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

O ambiente principal do bullying homofóbico é a escola e o ambiente virtual, de acordo com Soares e Macedo (2021) a escola é a instituição que possui poder, e deve promover a igualdade e dignidade do ser humana de forma individual ou em sociedade.

Os autores mencionados (2021) destacam que a inércia das escolas e a ausência de políticas públicas eficazes para a mitigação e combate ao bullying contribuem para que o Brasil seja o líder no ranking dos países com maior número de mortes de pessoas LGBTQIA+.

É assustador saber que o Brasil coleciona posições altas na violência e outros rankings negativos que só coloca nosso país distante dos países com melhores educação, cidadania e bem-estar econômico e social.

A violência não pede licença, muitas vezes episódios de violência acontecem na presença de funcionários de escola, muitos professores e gestores presenciam diariamente a violência escolar, o problema é quando presenciam e se omitem, isso é preocupante, pois os colaboradores da escola são agentes da paz.

Fonseca (2018) um autor do assunto que é homoafetivo, vai dizer indignado que os maiores absurdos sobre a homossexualidade, não viu quando era criança no pátio da escola ou na sala de aula, mas escuta na sala dos professores.

Por isso, o autor supracitado (2018) diz que é muito difícil reverter essa situação, pois os professores muitas vezes silenciam frente a estes

problemas, em outros momentos colaboram ativamente na reprodução de tal violência.

Vai lembrar inclusive de Goffman:

Erving Goffman, em sua obra *Estigma*, faz-nos perceber que um indivíduo estigmatizado por sua condição, não foge da linha preconceituosa da sociedade, mesmo adaptando a ela. Se um indivíduo homem se assume como homossexual sem demonstrar trejeitos femininos, ele ainda causa espanto, pois os indivíduos são educados a consumir e agir segundo padrões sociais de “normalidade” (Fonseca, 2018, p. 55).

Se um menino ou menina homoafetiva não se comportar segundo os padrões da normalidade são “presas fáceis” para o bullying e cyberbullying, isso é o estigma de Goffman, poderosamente trabalhado nesta tese.

Um dado importante apontado por Neves (2020) é que o bullying homofóbico se utiliza muito da forma verbal para ferir a vítima, é o que

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

prevalece nas escolas, que inclui apelidos pejorativos ou das minorias sociais.

Já existe no Brasil movimento para combater preconceito racial, religioso, homofóbico, etc. No caso de homofobia, em 2020, o STF estabeleceu este tipo de discriminação, de questões de gênero e sexual é considerado crime, conforme preve a Lei 7.716/1989.

O autor supracitado (2020) apresenta os xingamentos homofóbicos mais comuns: “bicha” e viadinho”, esses são os mais comuns, porém a lista só vai piorando gradativamente. Não tem como mensurar as consequências psicológicas que se instalam nas vítimas deste tipo de bullying.

Nesse contexto, percebe-se que a vitimização por bullying homofóbico entre colegas pode atingir um grupo amplo de adolescentes, não se limitando apenas àqueles que são identificados como gays, lésbicas, bissexuais ou que possuem sexualidade e identidade de gênero não definidas. No ambiente escolar, esse tipo de bullying pode ser direcionado tanto a pessoas percebidas como parte da comunidade LGBT quanto a indivíduos considerados "diferentes",

como meninos dedicados aos estudos ou aqueles que apresentam desenvolvimento físico mais lento, sendo afetados por estereótipos relacionados ao que se espera socialmente de "ser homem" ou "ser mulher" (Neves, 2020, p. 26).

Pode acrescentar aos apontamentos de Neves (2020) que o Brasil é um país extremamente machista e os apelidos de cunho homofóbicos, na maioria das vezes partem de meninos para com os seus pares, deixando mais evidente como a homofobia é um problema muito maior do que se imagina.

Nesta parte é importante relacionar a violência de homofobia que acontece através do cyberbullying, que Magalhães et al. (2019) dizem que se torna mais recorrente devido alguns aspectos característicos deste tipo de violência como a possibilidade de anonimato do agressor, através de pseudônimo ou nomes falsos, aumentando assim o desequilíbrio de poder.

O ciberespaço deve ser compreendido como uma extensão do mundo real, e não como um ambiente isolado. Nesse cenário, as diversas

identidades sexuais também são vivenciadas nos espaços virtuais. Ambientes online, como sites e fóruns específicos, oferecem oportunidades para que indivíduos expressem sua orientação sexual de maneira menos conflituosa. No entanto, as novas tecnologias de informação também facilitaram a propagação de discursos e práticas homofóbicas no ambiente virtual, tornando-se mais frequentes e agressivos. Dessa forma, a homofobia se manifesta de maneira significativa nas comunidades online, que passam a atuar como espaços de controle sobre a aparência física e a expressão da sexualidade, com ataques cada vez mais intensos e constantes nas redes sociais (Magalhães et al., 2019, p. 03)

O estigma contra homoafetivos existe há anos, a violência também, porém, com a tecnologia o ciberespaço se tornou o ambiente propício para tal violência, deveria ser o lugar do diálogo e da informação apenas, mas não é assim com a comunidade LGBTQIA+, eles são alvos, é isso que mostra a

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

pesquisa apresentada por Magalhães et al. (2019), 61% informam que a opção sexual do sujeito é um dos motivos frequentes para que ocorra o cyberbullying.

Para Soares (2016) o combate a homofobia no ambiente escolar só será combatido com diálogo, ensino, debate e muita palestra. A conscientização é uma via boa para combater a homofobia.

Segundo Oliveira (2022), a escola, por ser o principal ambiente onde ocorre a violência homofóbica, também deve ser o espaço central de combate a esse tipo de agressão. Refletir sobre o papel da instituição diante da homofobia pode parecer simples quando se considera que sua função se limita a informar e conscientizar. No entanto, é fundamental ir além da reflexão e colocar em prática ações concretas. Isso inclui preparar professores, a gestão escolar, a comunidade e os próprios estudantes para enfrentar e lidar com a homofobia, que está presente no cotidiano de pessoas LGBTQIA+ nos espaços formais da escola.

De acordo com Oliveira (2022), para que a escola implemente o combate à homofobia, é essencial que haja interesse em abordar o tema dentro do ambiente escolar. Assim, incentivar a discussão sobre o assunto torna-se um passo fundamental. Em seguida, é necessário promover debates sobre gênero e sexualidade, conforme previsto em lei. Por fim, a escola deve colocar em prática a educação de gênero, desenvolvendo e aplicando ações concretas voltadas para o enfrentamento da homofobia no contexto escolar.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Segundo Oliveira (2022), há quatro etapas fundamentais para enfrentar o bullying homofóbico. A primeira é a educação e conscientização, que envolve ensinar sobre diversidade sexual e de gênero desde a infância, incentivando a empatia e o respeito. A segunda é o suporte institucional, no qual as escolas devem adotar políticas claras de combate à discriminação e ao bullying, além de oferecer canais seguros para denúncias. A terceira etapa é o apoio psicológico, garantindo às vítimas acesso a suporte emocional, como aconselhamento ou terapia. Por fim, a quarta etapa é a representatividade e visibilidade, promovendo a inclusão de pessoas LGBTQIA+ em diferentes espaços sociais e na mídia, contribuindo para a normalização e o respeito à diversidade.

Esses são passos importantes para criar ambientes mais seguros e acolhedores, independentemente de sua orientação sexual, raça, deficiência, etc.

É de suma importância finalizar esta etapa do trabalho, salientando que o combate a homofobia é primordial para o processo de Ensino e Aprendizagem e a paz dentro do ambiente escolar, pois este é um tipo de violência que se propaga muito rapidamente. Fusco e Amaral (2022) vão dizer que a escola tem um papel fundamental para o combate a homofobia:

Tratando da vítima, é necessário um olhar diferenciado, a fim, de ajudá-la com atendimento psicológico e orientação aos

responsáveis sobre o que está acontecendo. Com relação ao agressor, precisa de uma escuta mais ampla com os familiares, para compreender o contexto da agressão. – O colégio não pode punir mais a vítima, pois existem alguns casos de bullying que a vítima é convidada se retirar do colégio (Fusco; Amaral, 2022, p. 01).

As autoras acima (2022) ainda salientam que tratar o assunto através de disciplinas ou palestras possibilitam que as crianças entendam a importância do significado do que é diversidade, aprendendo lidar com as diferenças.

6. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que a homofobia, em suas múltiplas expressões e desdobramentos, não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou restrito à esfera individual. Trata-se de uma prática socialmente construída, reforçada por estruturas históricas, culturais e institucionais que sustentam desigualdades profundas e legitimam a marginalização de identidades dissidentes.

A violência homofóbica, seja afetiva, simbólica, estrutural ou materializada na escola por meio do bullying, revela um padrão contínuo de

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

desumanização que atravessa o cotidiano de pessoas LGBTQIA+. No Brasil, esse cenário é ainda mais alarmante, visto que os índices de agressão, letalidade, impunidade e evasão escolar colocam o país entre os mais violentos do mundo no que se refere à população LGBTQIA+.

A reprodução da homofobia no ambiente familiar, escolar e virtual reforça a ideia de que esse fenômeno está intrinsecamente ligado à manutenção da heteronormatividade, que impõe modelos rígidos de comportamento e marginaliza qualquer expressão que se desvie desses padrões.

No contexto escolar, o bullying homofóbico assume papel central, funcionando como mecanismo de exclusão que fere identidades, fragiliza vínculos e compromete o processo de ensino e aprendizagem. A escola, que deveria ser espaço de segurança e acolhimento, muitas vezes se torna palco da violência, seja por omissão, despreparo ou naturalização de práticas discriminatórias. A presença de discursos ofensivos, apelidos pejorativos, agressões físicas e psicológicas, além da perpetuação de estereótipos de gênero, revela que o ambiente educativo ainda reflete valores sociais excludentes. No meio virtual, a violência torna-se ainda mais intensa devido ao anonimato, à amplificação das mensagens e ao alcance ilimitado das redes sociais, ampliando o sofrimento das vítimas e potencializando consequências emocionais graves.

Diante desse panorama, torna-se evidente que enfrentar a homofobia, especialmente no âmbito escolar, pois exige ações estruturadas, intencionais e contínuas. É imprescindível que instituições de ensino assumam seu papel formativo não apenas no campo cognitivo, mas também no ético, garantindo

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

a construção de ambientes seguros, equitativos e respeitosos. A formação de professores, o diálogo aberto sobre diversidade sexual e de gênero, a implementação de políticas de prevenção e acolhimento, o fortalecimento das denúncias e o apoio psicológico às vítimas constituem pilares essenciais desse processo. Além disso, a promoção da representatividade e da visibilidade LGBTQIA+ contribui para desconstruir preconceitos e fortalecer a construção de uma cultura de respeito.

Portanto, reconhecer a homofobia como problema estrutural é condição fundamental para o avanço democrático e para a efetivação dos direitos humanos no Brasil. Somente por meio da articulação entre escola, família, políticas públicas e sociedade civil será possível romper com ciclos de violência e promover um ambiente social em que todas as pessoas possam viver sua identidade e afetividade de forma plena, segura e digna. A construção de uma sociedade mais justa depende, sobretudo, da capacidade de compreender a diversidade como valor e não como ameaça, e de agir ativamente para transformar práticas que, durante décadas, foram naturalizadas e silenciaram vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO, Evan do. Homofobia: O Brasil é homofóbico? Brasília: Ed. Carmo, 2018.

CECY, David William Pinheiro; ANTUNES, Maria Cristina; WANDERBROOKE, Ana Cláudia Nunes de Souza. Homofobia internalizada e saúde mental: uma revisão sistemática. Hygeia (Uberlândia),

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

v. 20, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/71254>. Acesso em: 22 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+: relatório da pesquisa. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contralgbtqia.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FONSECA, Robson Rodrigo Pereira de. O viadinho na escola. Curitiba: Appris, 2018.

FUSCO, Nicole; AMARAL, Talita. Escola tem papel fundamental no combate à homofobia, defende especialista. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/escola-tem-papel-fundamental-no-combate-a-homofobia-defende-especialista/>. Acesso em 22/11/2025.

GODOY, E. A.; NOGUEIRA DOS SANTOS, M. R. Família e escola: a construção da homofobia no Brasil. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, v. 6, n. 11, p. 41-62, 30 jun. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Observatório 2024 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil (release/relatório). Salvador: GGB, 2025. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGB_release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 22 nov. 2025.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

HEREK, Gregory M. The Psychology of Sexual Prejudice. Current Directions in Psychological Science, v. 9, n. 1, p. 19–22, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00051>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MAGALHÃES, M. et al. Cyberbullying e comunicação de teor homofóbico na adolescência: estudo exploratório das suas relações. Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, p. e195825, 2019.

MENEZES, Moisés Santos de. Fora da caixa: a violência contra a diversidade sexual e de gênero na educação. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

NEVES, Francisco de Jesus. Bullying e homofobia no contexto escolar: concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio no Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Grande Dourados, 2020, 104 p.

OLIVEIRA, E. M. O combate da homofobia nas escolas: reflexões para ações pedagógicas In: BRABO, T. S. A. M.(Org). Direitos Humanos, gênero, cidadania e educação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p.283-296. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-279-6.p> 283-296

SANTOS, Ademar A. Cyberbullying, mídia e educação à luz do pensamento complexo. Tese de Doutorado, Universidade Nove de Julho – Uninove, 2017.

SOARES, Andrey Rondan; MACEDO, Beatriz Fernandes. Bullying homofóbico no âmbito escolar. 2021. Disponível em:

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

<https://www.migalhas.com.br/depeso/347017/bullying-homofobico-no-ambito-escolar>. Acesso em 21/11/2025.

SOARES, Wellington. Assim se faz uma escola acolhedora. 2016. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1816/assim-se-faz-uma-escola-acolhedora>. Acesso em 26/05/2024.

SOUSA, Ana Gabriela de Castro (org.). O bullying e a responsabilidade civil das escolas particulares no ordenamento jurídico brasileiro. Revista Educação em Foco – Edição nº 10 – Ano: 2018

SOUZA, Jackeline Maria de; SILVA, Joilson Pereira da; FARO, André. Bullying e homofobia. Psicologia Escolar e Educacional, v. 19, p. 289-298, 2015.

Teixeira-Filho, F. S., Rondini, C. A., & Bessa, J. C. (2011). Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. Educação e Pesquisa, 37(4),725-742.

WEINBERG, George H. Society and the Healthy Homosexual. New York: St. Martin's Press, 1972. Acesso e consulta: 22 nov. 2025.

- ¹ Doutorando em Educação pela Christian Business School – USA e France.
- Doutorado Livre em Psicanálise pela American Andragogy University - EUA (conclusão 2023). - Mestrado em Educação pela Universidad de la Empresa – Uruguai (conclusão 2022). - Mestrado Livre em Teologia pela Faculdade Metodista Livre de São Paulo (conclusão 2008). - Mestrado com dupla titulação: Internacional en Psicología Infantil y adolescente /

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Internacional em Coach e Inteligência Emocional Infantil y juvenil pela Esneca Bussiness School - Espanha (conclusão 2022). - MBA em Gestão Empresarial Estratégica de Negócios pela Universidade de São Paulo-USP (conclusão 2006). - Pós-graduação em Psicanálise pela Faculdade Iguaçu (conclusão 2023). - Curso de Extensão em Capacitação em Comunidades Terapêuticas pela UNESP (conclusão em 2011). – Graduação em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo (conclusão 2004). – Graduação em Psicologia pela Universidade São Marcos (conclusão 2012). – Graduação em História pela Faculdade Campos Eliseos (conclusão 2025). - Gerente de Relacionamento na GPS Pamcary Logistica e Gerenciamento de Risco Ltda. (1999 - atual) / Psicólogo Clínico (2012 - atual) / Foi Professor de Teologia pela Faculdade de Teologia Metodista Livre de São Paulo nas áreas de Psicologia Pastoral, Novo Testamento, Aconselhamento, Religiões comparadas e Ética (anos de ministração de aulas 2015-2018).